

A China e o Brasil

Mudanças e desafios para a Sociologia brasileira

Tom Dwyer
(IFCH, Unicamp)

Introdução

Nesta conferência, vou misturar pesquisas em curso e elementos da bibliografia para, descrever a Sociologia contemporânea chinesa, esboçar uma teoria sociológica do tema da transição e, depois, construir um campo de investigação das relações Brasil-China.

Na visão do eminente filósofo Tu Weiming, a China vive um renascimento cujo último paralelo histórico foi o florescimento ocorrido durante a dinastia Tang (618-917 A.D.). Os chineses estão muito orgulhosos daquilo que foi feito nos últimos 30 anos e o país readquire confiança em si após ter sofrido grandes humilhações ao longo dos últimos 160 anos (invasões, guerra civil, decadência) embora, hoje, as diferenças sociais aumentem, os problemas ambientais existam em grande escala, os conflitos sociais brotem e a vida das 700 milhões de pessoas no campo seja bastante sofrida.

O livro de G. Arrighi, publicado em 2008, “Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI”, é uma leitura que recomendo para todos. Colaborador de Wallerstein, Arrighi argumenta que há uma mudança de poder no mundo em direção à Ásia. (Volker Schmidt (2011) apresentou este mesmo argumento na ocasião do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, no Rio de Janeiro.) O autor retoma as previsões de Adam Smith na *Riqueza das Nações*, segundo as quais “uma sociedade mundial de mercado com base em uma maior igualdade entre as civilizações e uma equalização de poder entre o ocidente conquistador e o não-ocidente conquistado pode se tornar uma realidade”. Para os fins desta conferência, extraio três lições que afetam o Brasil contemporâneo:

1. Teremos que abandonar o projeto de ser um país onde se fabrica tudo;

2. Teremos que identificar indústrias com as quais temos vantagens competitivas duradouras;
3. Precisamos repensar as relações entre o capital e o trabalho.

A rápida ascensão da China e seu relacionamento econômico com o Brasil, que mistura uma crescente complementaridade e uma crescente competitividade, coloca grandes desafios para todas as áreas de conhecimento, especialmente para nossa disciplina que, acredito eu, é a única nas ciências sociais capaz de oferecer um entendimento de nossos tempos de profundas transformações. Sendo assim, vou dividir minha fala em três partes:

1. Como foi o desenvolvimento da sociologia chinesa?
2. O que podemos aprender com a sociologia chinesa?
3. Qual seria uma agenda de pesquisa relevante sobre as relações Brasil- China?

Uma Nota sobre a Sociologia Chinesa

No *Cahiers Internationaux de Sociologie* – número especial sobre a China, de 2007 – Aurore Merle escreveu sobre a disciplina. Vou basear-me no relato dela, em observações pessoais e em material de entrevistas e conversas informais que tive com colegas chineses para apresentar, brevemente, o desenvolvimento da sociologia naquele país.

1º. Período

Até a revolução comunista de 1949, havia sociologia no país e o grande nome da disciplina era Fei Xiaotong. Em 1948, ele lançou um livro de textos editados e intitulado *Da Terra: as Fundações da Sociedade Chinesa*, (Fei, 1992) no qual misturou saberes ocidentais e o pensamento social chinês tradicional. Ele inventou conceitos na tentativa de forjar ferramentas teóricas e metodológicas apropriadas à sociedade chinesa (neste empreendimento, o trabalho dele lembra o dos pais fundadores da Sociologia brasileira). Um conceito desenvolvido por ele foi “*Chaxu Geju*” que significa um modo diferencial de associação. Ele observou que, na base da sociedade rural chinesa, existem redes sociais pessoais que se formam em circuitos concêntricos a partir de cada indivíduo, em contraste com um modo ocidental de organização social que se dá a partir de grupos ou organizações (“*Tuanti Geju*”). Uma leitura atenta do

livro *La Nouvelle Sociologie Chinoise*, (Roulleau-Berger et ali., 2008) revela a forte influência da Escola de Chicago sobre a Sociologia chinesa desta época.

Todo este esforço parou quando a disciplina foi suprimida a partir de 1952, sob influência russa.

2º. Período

O ensino e a pesquisa em Sociologia foram retomados em 1979 com apoio oficial e sob a liderança de Fei Xiaotong. No início, ele viveu grandes dificuldades em persuadir outros sociólogos da sua geração a voltarem a trabalhar. Eles tinham sido execrados pela revolução cultural, não tinham confiança no governo, tinham sofrido demais e tinham medo demais.

No começo, para conquistar o apoio necessário, foi construída a justificativa de que a Sociologia seria uma ciência aplicada sob a tutela do marxismo leninista e a serviço do povo. Ou seja, seria uma ciência empírica que faria uma contribuição ao programa de modernização do país.

Os temas escolhidos foram os problemas sociais: a população, o casamento, a moralidade e os costumes, a criminalidade, a habitação, as relações entre os quadros e as massas e outros “fenômenos anormais”. A lista em si é altamente reveladora dos temas que a Sociologia chinesa achava pertinentes ao Estado prestar atenção, enfrentar e resolver.

Para reconstruir a disciplina, Fei Xiaotong conseguiu a ajuda de umas trinta pessoas formadas antes da revolução, e buscou formar, de maneira acelerada, professores de meia idade. Ele também estimulou o retorno ao país de chineses formados no exterior, convidou pesquisadores estrangeiros (sobretudo americanos) para apresentarem o que havia de mais avançado na disciplina. Dessa forma, sociologia econômica, sociologia urbana, sociologia rural e psicologia social passaram a ser consideradas importantes.

Também nesta época, foram feitas muitas traduções. Do Brasil, para citar alguns exemplos, foram traduzidos textos de Theotonio dos Santos, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado.

É importante notar que houve o recrutamento de novos quadros. Como os candidatos faziam parte de uma geração muito marcada pela revolução cultural, o recrutamento ocorreu, especialmente, entre os antigos estudantes de Iniciação Científica que, na época, tinham sido enviados ao campo, ou às fábricas. Muitos entre eles, inclusive, rejeitaram as disciplinas tradicionais e escolheram a sociologia sem saber quase nada a respeito.

Os 30 anos de proibição, mais o fato de que a Sociologia tinha uma “dimensão” ocidental permitiu à disciplina ser vista como um espaço inoculado contra o marxismo ortodoxo e, desse modo, a tornar-se uma referência. A partir de 1983-84, os pesquisadores começaram a usar questionários para retratar a vida das pessoas e os problemas sociais a partir de temas ligados às políticas de governo, ou àqueles destacados nos meios de comunicação oficiais. Alguns resultaram, inclusive, em propostas de mudanças em políticas públicas.

Nesta época, as pesquisas eram apresentadas de modo a “revelar a verdade através dos fatos”, ou seja, eram empiristas e, de certo modo, positivistas. Esta abordagem serviu para legitimar a disciplina perante o poder. Porém, esta legitimação era precária. Após 1989, ano marcado por aquilo que as autoridades chinesas denominam o ‘incidente’ na *Praça Tiananmen*, foi proibido o ingresso de estudantes em programas de sociologia durante um ano, a publicação de livros e de traduções e a fundação de novas instituições de sociologia.

3º Período

Em 1992, Deng Xiaoping fez sua famosa viagem ao Sul e lançou as reformas que serviram de base para o desenvolvimento da China contemporânea. Neste novo contexto, o regime se abre.

O período sedimentou uma nova guinada na disciplina. Imediatamente após o ‘incidente de *Tiananmen*’, o ostracismo e a distância do poder tinham permitido o desenvolvimento de uma certa autonomia da disciplina, que ficou mais livre para escolher temas, teve menor demanda para empregar teorias (marxismo) e menor dependência de solicitações do Estado. Este período dotou a disciplina com uma estrutura que persiste até hoje: os sociólogos parecem trabalhar com um grande grau de liberdade, as descrições são construídas em bases racionais, sem emoções e, mesmo quando lançam uma crítica política, ela é velada.

Em 1998, havia 40 institutos ou especialidades em sociologia no ensino superior: 20 institutos que ofereciam mestrado, cinco que ofereciam doutorado, três instituições onde era possível fazer um pós-doutorado; na graduação havia em torno de três mil estudantes dos quais, 400 eram de Iniciação Científica. A *Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS)* passa a editar uma publicação interna, a “Sociologia Estrangeira”, que busca trazer para a língua mandarim idéias dos EUA, Europa e Ásia. Um tema fundamental desta publicação tem sido as mudanças dos países comunistas, tanto econômicas, quanto políticas: privatizações, redistribuição e mercado de um lado, cidadania e transição democrática, de outro.

Os jovens pesquisadores passam a beber em muitas fontes no esforço de produzir uma disciplina autônoma. A disciplina se legitima devido à sua utilidade para a sociedade e para o poder, e à sua integração com a sociologia internacional, suas tradições, valores e normas. Neste contexto, surgem as velhas questões colocadas antes da revolução de 1949. Estas normas e modelos internacionais servem para a sociologia chinesa? Será que métodos desenvolvidos em outros contextos podem ser importados para a China para estudar aquela sociedade?

Depois de tanto tempo dando ênfase à reconstrução da sociologia a partir das tradições ocidentais, começa-se a descobrir suas limitações. Três reações aparecem:

1. Organizam-se seminários com Taiwan e Hong Kong na busca de uma identidade intelectual chinesa.
2. A emergência de teorias pós-coloniais, pós-modernas e pós-culturalistas que fornecem elementos que permitem criticar o pretenso universalismo das ciências sociais ocidentais.

3. Republicam-se textos chineses importantes, escritos antes de 1949.

Estas mudanças demonstram: A) maior conhecimento das sociedades ocidentais e de sua produção científica, B) uma busca de compreensão da sociologia chinesa em transformação. Para Zhang Lun, a China deve “construir uma modernidade que é sua própria, ao mesmo tempo que pertence ao mundo”. (Zhang, 2003)

Hoje, os estudos concentram-se nas mudanças sociais do período das reformas, tais como, dentre as mais importantes, a reforma e o desenvolvimento, a comunidade e o desenvolvimento urbano e/ou rural e a previdência social. Algumas áreas carecem ainda de estudos como, por exemplo, a da sociologia política e a da ação coletiva. Os estudos sobre a sociologia política, constantes na coletânea *La nouvelle sociologie chinoise* (Roulleau-Berger, 2008), descrevem o poder, sem olhar, contudo, como ele se constrói, ou se mantém. Uma das grandes questões dos pesquisadores ocidentais em torno da democracia não é colocada pela sociologia na China, nem há uma tentativa séria de refletir sobre o que seria uma versão chinesa da democracia. Porém, devido à especialização, de um lado e a profissionalização, de outro, é possível criar meios para investigar temas delicados. Porém, existe uma necessidade de manter uma visão fria e distante, de ser tecnicamente excelente e de manter uma conceitualização que faça parte de uma constelação de referências intelectuais. É possível ver variadas tradições intelectuais coexistindo lado a lado, e em harmonia, dentro de um espírito de pluralismo, e que não busca explorar conflitos teóricos. (O que, devo dizer, lembra bem a Sociedade Brasileira de Sociologia, embora não sejam comparáveis as condições intelectuais de produção científica nos dois países). Michel Wieviorka (2008a) disse ter a impressão de que os sociólogos se reagrupam porque a situação política pode mudar de repente, o que ajudaria a explicar a ausência de debates. Uma colega chinesa explicou-me sua visão, segundo a qual cada pesquisador está interessado em cuidar de sua vida, e não em conflitos com os outros.

Divulgação de resultados:

Começo com três observações: a) O sistema de publicação na China é complexo e controlado até um certo grau, b) Existem seminários e encontros nos quais pode-se falar livremente, 3) Hoje, muitos pesquisadores exprimem-se na internet e nos blogs.

Destaco, por exemplo, o professor GU Su, do Instituto de Estudos Avançados da *Fudan University*, de orientação libertária, cujo blog chega a ser lido por um milhão de pessoas.

Sobre o que os sociólogos chineses produzem? O livro recém lançado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) traz uma resposta: desenvolvimento, mudança social, migração e visões do mundo de grupos desfavorecidos. Neste artigo, a técnica prevalece e a teoria não está em evidência. (Li e Li, 2011) Os colegas chineses publicam muitos artigos em inglês, embora com inevitáveis distorções devido ao processo editorial. Para serem considerados ‘publicáveis’, os autores acabam usando conceituações e teorizações conhecidas no Ocidente. Como consequência, os artigos podem trazer apenas uma contribuição mínima ao conhecimento da China, ofuscando as particularidades chinesas. Cabe notar que o processo lembra um pouco o que acontece com artigos brasileiros publicados em revistas de língua inglesa, com a grande diferença de que quase todas as nossas matrizes culturais são de origem ocidental.

A visão da transição do socialismo em Sun Liping

Para transmitir uma versão mais saborosa, vou tratar dos escritos de Sun Liping (2007, 2008a, 2008b) que é considerado um dos mais brilhantes teóricos da China contemporânea. Vou examinar três versões adaptadas de um mesmo artigo sobre sua teoria da transformação social na sociedade chinesa.

O período das reformas levou a muitas tensões entre as partes envolvidas nesta dinâmica social. Houve conflitos que vão sendo resolvidos um a um, e as reformas seguem seu caminho sem roteiro. O Estado e o Partido Comunista estão em um estado de tensão *para e com* a sociedade, os investidores do setor imobiliário, os investidores industriais, os camponeses, os operários e vêm agindo através de uma rede complexa de estruturas de intermediação: unidades de trabalho e comunas ligados ao passado e outras estruturas ligadas ao novo contexto. Práticas e normas se estabelecem no processo. Os artigos de Sun permitem compreender alguns fenômenos observados na imprensa por jornalistas brasileiros, mas que são mal explicados por eles.

Segundo Sun, o comunismo é um tipo de civilização com valores, instituições e lógicas que são muito diferentes das do capitalismo. Sun fala em uma “civilização comunista” que era parte da modernidade. Polanyi divide teoricamente todos os sistemas econômicos em três tipos: reciprocidade e troca de presentes, redistribuição e economia de mercado.

As duas tradições principais de teorias da modernização trabalharam apenas com a economia de mercado. A primeira, erguida a partir dos países desenvolvidos (Parsons, Levy, Rostow, Eisenstadt, etc.), é conhecida como a teoria da modernização. A segunda, a teoria da dependência, foi construída para os países em desenvolvimento (Gunder Frank, Samir Amin, Theotonio dos Santos, Wallerstein, etc.).

No socialismo constrói-se um novo tipo de economia baseada na redistribuição. Assim, a transição pós-socialista é uma mudança de um processo de distribuição pelo Estado para um processo de distribuição pelo mercado. No socialismo, o monopólio do Estado sobre os recursos resulta em um sistema social total, no qual o Estado controla tudo. Quando o governo comunista chinês formou-se, buscou eliminar toda e qualquer força social que pudesse ser independente do Estado. Por exemplo, na China, as unidades básicas que passaram a ser comunas rurais, e as unidades de trabalho nas áreas urbanas eram, ambas, filiais da burocracia formal. Os membros destas unidades eram altamente dependentes do Estado.

Nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, os processos de modernização e desenvolvimento são relacionados à construção do Estado-Nação. A transição do socialismo vai no sentido oposto, já que em um país em transição, é necessário enfraquecer as ligações entre o Estado e o cidadão de maneira sistemática e sem trégua. É preciso desmontar todas estas ligações em todas as áreas do sistema social, para depois formar uma sociedade civil e reconstruir a sociedade. (Sun, 2008a, 96)

Pesquisas demonstram que a transição se dá de modo diferente em países diferentes. Sun Liping mobiliza a teoria de “*path dependency*” (que vou traduzir como ‘dependência do trajetoria’) para explicar isto. Ou seja, o que acontece em um país é influenciado por arranjos institucionais anteriores e o caminho que se toma na

sequência é parcialmente construído em função destes arranjos e daí em diante. Assim, os sistemas produzidos acabam divergindo, tomando caminhos diferentes.

King e Szelenyi, citados por Sun (2008a), descrevem três novas formas de capitalismo:

1. A dos países que constroem o capitalismo de baixo para cima (ex. China, Vietnã)
2. A dos países que constroem o capitalismo de cima para baixo (ex. Leste Europeu e Rússia)
3. A dos países onde os investidores estrangeiros tiveram um papel importante (ex. Europa Central)

Desigualdade Social No primeiro momento de uma transição do socialismo para o capitalismo, a evidência demonstra que a desigualdade diminui, ou seja, a transição ao mercado beneficia quem, anteriormente, tinha menos poder no sistema socialista. Pode-se falar, nesse sentido, em uma “fase de erosão do sistema socialista”. Na medida em que o novo sistema se consolida, pode-se falar numa “fase de transição” na qual as desigualdades geridas pelo mercado aumentam o quadro de desigualdades sociais.

A visão neo-institucionalista revela que, nem o mercado, nem o Estado mantém uma relação estática com desigualdade social. Na economia de mercado capitalista, o Estado redistribui renda para reduzir desigualdades. Já nos países socialistas, a redistribuição feita pelo Estado cria desigualdades sociais que, por sua vez, são niveladas, por exemplo, pelo mercado negro .

É preciso, e todos os autores concordam que é importante, ter um equilíbrio (*Zhong*) entre a reforma e o desenvolvimento da vida econômica. Ou seja, transição social e desenvolvimento não são a mesma coisa.

Quem pesquisa as sociedades transicionais emprega a teoria da modernização. É interessante notar que os teóricos da teoria da dependência não tiveram quase nada a contribuir com o tema da transição. (Porém, nunca é tarde demais para nossos colegas brasileiros usarem esta teoria para examinar as transições do socialismo!) A escola mais em evidência a tratar do tema é a de Budapeste, o que fica refletido nos escritos de Ivan Szelenyi e David Stark. Há uma escola chinesa da qual Sun Liping é o autor central.

A Rússia e os países do leste sofreram rupturas nas instituições políticas e na ideologia. Depois houve a privatização e a transformação, sem limitações, nem de natureza institucional, nem de natureza ideológica.¹ Na China, a continuação do Partido Comunista no poder constitui o diferencial importante da transformação. Pode-se referir à reforma na China como sendo uma “reforma gradativa”. Este termo tem muitos significados em mandarim, alguns dos quais muito ambíguos. Na prática, ele significa “melhorias baseadas na persistência de instituições fundamentais e os princípios de socialismo”.

Diferente das reformas dos países da Europa do leste, onde aqueles que conseguiram capturar o capital político passaram a controlar outros tipos de capital, na China, dada a continuidade de regime, o poder político manteve seu poder de controlar e manobrar outros tipos de capital. Ou seja, diferente das transições nos países do leste europeu, onde os diferentes tipos de capital alcançaram autonomia um do outro, na China, todos os tipos de capital na sociedade são submetidos, de maneira não diferenciada, à operação do poder político.

Desde cedo, na reforma chinesa, muitos esperavam que o processo levaria à emergência de forças sociais independentes. Contudo, apesar da emergência dessas forças, após vinte anos de reformas, verificou-se que elas introduziram diferenciação social e desequilíbrio entre vários grupos sociais. A reforma produziu uma clivagem entre os poderosos e aqueles que Sun chama de “os fracos”. De um lado, as elites econômicas, políticas e intelectuais fizeram uma aliança entre si, de outro lado, “os fracos” têm sido objetos de crescente fragmentação. A capacidade dos primeiros em defender seus interesses é maior do que a dos segundos, já que aqueles estão exercendo uma grande influência sobre a distribuição de renda, do prestígio e da legitimidade e, também, na sociedade como um todo.

A formação de elites na China durante a transição não foi um processo de substituição de diversas elites velhas por novos tipos de elite. Existe um novo grupo de elites que

¹ É interessante notar que Alain Touraine, Manuel Castells e Fernando Henrique Cardoso foram convidados a escrever um relatório sobre as perspectivas da transição russa. O relatório recomendou a reforma institucional antes da execução das reformas econômicas. O que aconteceu foi o contrário, e os russos estão pagando o preço desta decisão até hoje.

controla todos os tipos de capital – cultural, político e econômico. Seu capital principal é o de ter o poder político em suas mãos, ou nas mãos de seus familiares.

Na bibliografia internacional fala-se em desenvolvimento somente na medida em que se afasta do Estado para se aproximar do mercado, e os dois são vistos como antagônicas. Na China, o que aconteceu foi uma articulação original entre o mercado e o Estado. Não tem nada a ver com a separação entre Estado e mercado na tradição Hegeliana.

A escola chinesa da sociologia na transição Para poder pesquisar a transição social chinesa é necessário abandonar a visão de que é suficiente analisar as estruturas, as organizações e as instituições para descobrir os fatores não oficiais ligados ao desenvolvimento do sistema. Para Sun é preciso privilegiar a análise da dimensão prática, e não a das dimensões imediatamente visíveis do sistema. Assim, Sun vai na direção da micro-sociologia quando observa que a civilização vive nas práticas do homem comum, na sua vida cotidiana e que é necessário buscar descrever o desenvolvimento da nova sociedade chinesa “nos valores e suas lógicas” já que as instituições e as soluções institucionais (normas e leis) são simplesmente a forma visível, a olho nu, destes valores e lógicas. É necessário compreender as habilidades (*skills*) e estratégias adotadas pelos homens comuns na maneira como lidam com a transição. Por exemplo, no começo de julho de 2011, entrevistei brasileiros em Xangai. Alguns estavam lidando com o aumento brutal das relações comerciais entre o Brasil e a China. A China é um país muito menos burocrático em relação ao comércio do que o Brasil onde, para que os produtos possam ingressar no nosso mercado, é necessário cumprir diversas exigências que não possuem equivalentes na China. Nesse sentido, os brasileiros diziam que ajudam a “escrever as leis” nos distritos exportadores, ou seja, as pessoas exercem agência através de suas práticas.

Um fenômeno destacado na transição chinesa é o da grande divergência entre a prática e a teoria. Em função deste hiato, as instituições informais têm um papel importantíssimo. Assim, é criado um grande espaço no qual as pessoas comuns podem, através de suas habilidades e estratégias, manobrar. Sun Liping lança a hipótese de que o verdadeiro processo de reforma e transição da sociedade chinesa é resultado de como as pessoas desenvolvem suas estratégias e agem nas suas práticas para poder atingir seus objetivos. É necessário compreender as habilidades e as estratégias das pessoas

comuns no modo como tratam a transição. Neste contexto, Sun produz ‘uma sociologia da prática’. É preciso, contudo, salientar que este termo não tem o mesmo significado que é dado no Ocidente.

A prática tem um mecanismo que produz novos elementos, novas realidades sociais são produzidas através do exercício das práticas. Ou seja, a prática transcende a estrutura, é mais que a estrutura. Assim, para compreender – por exemplo – a “transição ao mercado” na China, deve-se levar a uma nova compreensão desta transição e das reformas chinesas com um todo. Por exemplo, um interlocutor brasileiro em Xangai observou que no Brasil corrupto e corruptor evitavam a convivência, enquanto na China eles convivem bem. Infelizmente, não tenho tempo para detalhar o método, que necessitaria a tradução de certos textos disponíveis apenas em mandarim, mas o que se propõe é examinar quatro dimensões da transição da sociedade através de suas práticas: os Processos, a lógica, o mecanismo e as técnicas.

A China e o Brasil no mundo globalizado²

As evidências da existência de um processo de rearranjo das relações entre as economias dos países são muito fortes, mas o fenômeno recusa toda redução. É preciso pensar globalmente, ou seja, teorizar considerações a respeito da desestruturação da velha ordem e da reestruturação da nova ordem, articular o que faz parte do processo e o que está fora dele. Vemos lógicas globais ou transnacionais e lógicas internas, nacionais e até locais tomando conta da compreensão do espaço-tempo (Harvey, 1993). Isso implica pensar o processo chamado “globalização” não apenas em termos econômicos. Michel Wieviorka (2008b) ensina que é necessário integrar o universo de símbolos e do imaginário e abrir um grande espaço à cultura. É na nossa capacidade de refletir sobre o outro, de imaginar o outro que construímos nossas relações com o mundo, ao mesmo tempo em que construímos as relações com nossos vizinhos, em nosso bairro, no nosso trabalho. O imaginário se constrói hoje em escala global – há pouco tempo a escala era nacional, e há mais tempo era ainda principalmente local.

² Este texto reproduz alguns trechos de Dwyer (2011)

A globalização mistura diversas lógicas, diversas dimensões. É simplesmente impossível falar em um único caminho para a humanidade. É preciso que o cientista social aprenda a pensar globalmente, de maneira cada vez mais sistemática, e a deixar de ter uma visão simplista do processo de globalização. Na minha tentativa de pensar as relações Brasil-China proponho-me, seguindo o exemplo de Wieviorka (2008b), a falar em termos de três níveis analiticamente separáveis de globalização:

1. Relações supra-nacionais
2. Relações comerciais (ou econômicas)
3. Fluxos de informações (cultura)

Os chineses apostavam todas as suas fichas na globalização econômica. Como resultado desta aposta, nossas duas civilizações passaram, para usar a idéia de Alfred Schutz (1979, 110-120), de uma situação em que eram ‘totalmente irrelevantes’ uma para a outra há 30 anos, a uma situação de sermos ‘relativamente relevantes,’ em que uma depende da outra, e onde acontecimentos em um país podem afetar o outro.

Como nação, não somos preparados para este encontro. Sabemos que o encontro é cheio de perigos e aqueles que conhecem a história da China, sabem que:

1. A China escolhe seus amigos.
2. Os últimos dois encontros entre a China e o Ocidente acabaram em ruptura. O primeiro durou do século 16 até o começo do século 18 e terminou com a proibição da evangelização. O segundo encontro começou em meados do século 18 e continuou até a revolução de 1949. (Zheng e Haber, 2010)

É contra este pano de fundo histórico que escolhi trabalhar sobre as relações entre os dois povos, empregando a matriz sugerida por Wieviorka (2008b). Minhas fontes consistem de leituras, entrevistas e observações. Aqui minhas reflexões são desenvolvidas através de um processo de bricolagem.

Relações supranacionais. Deng Xiaoping disse “assim como não poderá haver o século do Pacífico sem a China, não poderá haver o século da América Latina sem o Brasil”. Para o diplomata Oswaldo Biato Jr., “para a China, a aproximação com o Brasil sempre foi almejada pela importância do Brasil dentro da América Latina, onde representa, dadas as dimensões físicas, de sua economia e população, às quais se agrega

um relativo avanço tecnológico, o maior e mais avançado país da região”. (Biato, 2010, 17)

O autor separa as relações China-Brasil em três momentos:

1. 1975-1989 – expansão das relações, inclusive, com a visita do ex-presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) à China em 1984.
2. 1989 – 1992 – momento de declínio das relações, principalmente durante o Governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992)
3. 1993 – 2006 – relações crescentes a partir do estabelecimento da parceria estratégica.

No começo, o Brasil e a China eram tão alinhados no plano internacional, que o então Presidente do Brasil, José Sarney (1985-1990) disse, em 1988, que havia 96% de concordância nas posições dos dois países na ONU. Neste período, saiu o projeto do Satélite Brasil-China. O governo Collor colocou a relação em banho-maria, voltando a atenção para os EUA e a Europa.

O relacionamento volta a ser prioridade no governo de Itamar Franco (1992-1994). Não posso expor todos os detalhes da relação, porque Biato Jr. escreveu mais que 400 páginas sobre o assunto. Mas destacaria que tem havido uma crescente interação entre o Brasil e a China em diversos fóruns. Hoje, a estabilidade do sistema financeiro mundial e o combate a mudanças climáticas constituem duas áreas de forte cooperação. Temos também cooperação em torno da questão de direitos humanos, agricultura e energias alternativas.

O livro de Biato Jr. busca expor e debater sobre “elementos básicos de uma estratégia diplomática que venha a permitir ao Brasil fazer face à consolidação da China como uma das principais potências no cenário internacional”. Outro documento importante é o “Plano de ação conjunta” (2010) dos dois governos para o período de 2010-2014. O plano é um reflexo de algo inédito - uma parceria estratégica foi formada entre os dois países. Um marco importantíssimo no processo foi a visita, em 1993, do Presidente Jiang Zemin ao Brasil em sua primeira viagem internacional como presidente da China.³

³ Presidente Jiang queria visitar os EUA na sua primeira viagem. Porém, sua vontade foi frustrada pelo Presidente Clinton. Ele, então, decidiu vir para o Brasil e América Latina para demonstrar que a China

Mais recentemente, a partir de 2009, uma iniciativa mais ambiciosa foi lançada – os Fóruns dos líderes dos BRICS. A Declaração de Sanya,⁴ produto do último fórum de 2011, merece a atenção de todos. A depender de seus desdobramentos em atividades práticas, a Declaração ocupará a atenção de especialistas em Relações Internacionais e espero, em Sociologia. O documento é claro em apontar o desenvolvimento de iniciativas de cunho político e social.

Mas o espaço supra-nacional não se limita às relações entre estados. Vou mencionar três:

1. Cooperação internacional entre ONGs, tais como, *Greenpeace*, *Anistia Internacional*, *Transparência Internacional*, entre outras. Aqui, todo um espaço se abre, onde atores não-governamentais buscam suprir as deficiências identificadas na ação dos Estados-Nação. A singularidade destes órgãos na China é que são auxiliares do Partido-Estado e, por isso, tem pouca autonomia de ação. Porém, convém mencionar que a *SBS* e a *Associação Chinesa da Sociologia* têm desenvolvido relações de cooperação, e que um primeiro livro, sobre estratificação social nos países BRICs, vai ser lançado em Pequim no mês de outubro de 2011. (Li et ali., 2011)
2. Não podemos fechar nossos olhos a uma categoria de organizações supranacionais, as clandestinas, que se especializam no tráfico de drogas, no contrabando e na espionagem industrial. Parece-me uma hipótese plausível que, com o aumento geral dos contatos entre o Brasil e a China, haverá uma crescente atuação dessas organizações. Depois da prisão do “maior contrabandista” do Brasil, Lao King Chong, dois tríades começaram a enviar suas equipes da China para “intimidar, ameaçar, assaltar, e se necessário matar qualquer um que deixar de pagar a propina de proteção ou quem tenta impedir sua atuação.” (Glenny, 2009, 283)
3. Existe também a chamada ‘economia das sombras’. As entrevistas que conduzi em Xangai em julho de 2011, revelavam as práticas de cadeias de exportadores chineses e de importadores (brasileiros e representantes da diáspora chinesa) no

tinha outros amigos nas Américas. Ao falar em termos de uma ‘parceria estratégica’, os americanos teriam razões para ficar preocupados.

⁴ www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de/sanya-declaration-iii-brics-summit/view

Brasil, que formam redes informais de comércio, e que, com a ajuda de agentes do Estado nos dois países e também no Paraguai, formam complexas redes que operam em uma escala internacional. Rosana Pinheiro Machado (2011), da UFRGS, fez uma análise antropológica premiada dessas cadeias que vão do Sul da China até Paraguai-Brasil.

Os escritos de Sun Liping sobre a transição ajudam a entender o que está acontecendo: um exportador copia a prática de outro exportador que se deu bem e, desta maneira, ao longo do tempo, as exportações aumentam. Agentes do Estado e a iniciativa privada na China fazem parte desta cadeia, assim como no Brasil. Parte da imigração chinesa ao Brasil é resultado e também serve de agente nestas cadeias complexas. A imigração ilegal emprega o método de “ensaio e erro” e também é um jogo de gato e rato: organizações patrocinam e agentes brasileiros facilitam a imigração (seja com vistos concedidos no Suriname e outros países vizinhos, ou com passaportes brasileiros concedidos àqueles que nunca tinham botado os pés no país. (Hauter, 2008, 177-8)).

Tais ações, por serem classificadas como ilegais no Brasil, geram conflitos que vazam para o espaço público apenas quando denunciados. De um lado, fabricantes ou importadores brasileiros, de outro lado, chineses vítimas de extorsão por agentes do Estado no Brasil.

Por fim, existem exemplos de cooperação supra-nacional em todos os níveis destas relações, assim como conflitos, Hoje, os dois conflitos mais visíveis são no campo diplomático:

1. A China não apóia abertamente a pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).
2. O Brasil, apesar da promessa do Presidente Lula, não declarou oficialmente seu reconhecimento da China como um país de economia de mercado na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Ao que me parece, o primeiro conflito, que virou uma grande decepção do governo brasileiro, poderia ter sido evitado. O Brasil se aliou com a Índia, o Japão e a Alemanha para reivindicar o assento permanente no Conselho de Segurança. Porém, sabemos hoje, a China enxerga a eventual admissão do Japão como uma humilhação, inclusive, com

possíveis repercussões para sua ordem interna. Teríamos que perguntar se não foi uma falta de preparação que levou o governo brasileiro a embarcar no que hoje sabemos, era fadado ao fracasso?

Relações Econômicas Brasil-China De maneira totalmente surpreendente, a China virou nosso primeiro parceiro comercial. Em 1990, o fluxo bidirecional de comércio Brasil-China era 1,06% do fluxo do comércio brasileiro com o mundo. Em 2010, era 14,7% deste fluxo! O comércio brasileiro com o mundo tinha aumentado seis vezes no período, com a China, mais que cem vezes! Hoje, a China é também o primeiro investidor no país.

Esta dimensão econômica é a melhor estudada das três dimensões da globalização. Destaco o trabalho de Antônio Barros de Castro (2008) na UFRJ, na sua reflexão sobre o Brasil e a China. Na sua teoria dos “sistemas mundiais”, Wallerstein postula que a antiga relação ‘centro – semi periferia – periferia’ não seria eterna na economia global. Hoje, assistimos (e devemos voltar a ler Arrighi (2008)), a uma enorme mudança no fluxo de comércio mundial em que a China assume um lugar central e se especializa na manufatura dos mais diversos produtos. Um dos resultados dessa mudança rápida é que existe uma agenda brasileira em relação à China: a) como competir? (em alguns casos, liderados por segmentos da FIESP, como barrar?); b) como cooperar e reunir forças com os chineses?

A resposta à primeira pergunta leva a uma agenda de proteção (ex. proposto por segmentos da FIESP), de inovação (ex. Embrapa, Coteminas), de educação a de desenvolvimento. Destaco a importância de diversos grupos formados em tempos muito recentes que estudam estas questões, inclusive na Unicamp, na UFRJ e no IPEA. Os embaixadores chineses entrevistados por Biato Jr. (2010) sempre bateram na mesma tecla: o Brasil precisa inovar para poder competir.

Alguns setores exportadores de produtos manufaturados brasileiros batem em outra tecla: é preciso reduzir o custo Brasil, melhorar a infra-estrutura, reduzir impostos em cascata, reduzir os custos e as incertezas associadas às leis trabalhistas etc. Hoje, reduções nas taxas de câmbio e de juros são citadas como medidas necessárias para colocar o país em melhores condições de competir. Neste momento, vemos conflitos em

torno da estratégia de defesa comercial do país. Numa conversa particular em junho de 2010, o atual embaixador brasileiro em Pequim, Clodoaldo Hugueneu enfatizou, que as solicitações de salvaguardas feitas na OMC por industriais brasileiros (que envolvem apenas 10% de todas as importações da China), não enfrentam resistência chinesa. O governo Chinês entende que nossas indústrias precisam de tempo para se ajustar, para se tornarem competitivas. Mas ele alertou que as salvaguardas são por tempo limitado. Em alguns casos, nossos capitalistas imaginam que as regras da OMC são ‘*para inglês ver*’ e que podem esticá-las *ad infinitum*, o que não é o caso.

Vemos conflitos não apenas entre os representantes de interesses brasileiros e chineses, mas também entre frações dos capitalistas brasileiros. Temos um conflito, típico e bastante visível, que está opondo hoje a indústria envolvida na manufatura doméstica de sapatos a outros segmentos da mesma indústria que usam componentes importados. Neste contexto, emergem novas articulações entre atores sociais. Por exemplo, o *Conselho Empresarial Brasil-China* é um contrapeso a grupos que opõem-se à crescente presença de produtos manufaturados chineses em terras brasileiras.

Também existem esforços de cooperação com os chineses que são visíveis na busca por *joint ventures*, por investimentos na China, e nas tentativas de acrescentar valor aos produtos hoje exportados como *commodities*. Embraer, Petrobrás, Vale, Inbrew, Marcopolo, Embraco, Weg são algumas dentre as empresas de capital brasileiro ativas naquele país. Nossas faculdades de administração estão se adaptando, começa-se a estudar casos de êxito e de fracasso no mercado chinês e também há oferta de cursos da língua.

Não existe hoje no Brasil nenhuma estratégia nacional, nenhuma visão de futuro. Uma coisa é certa, o país terá que abandonar sua pretensão de ser um país industrial que “produz tudo” e fazer um esforço de pesquisa e inovação para descobrir as áreas (fora a área agrícola e a mineração) nas quais temos vantagens comparativas na economia mundial se quisermos continuar a ser um país com um setor industrial de peso. No século XVIII, a exportação de rapé e charutos permitiu ao Brasil equilibrar a balança comercial com a China. No século XXI, teremos que desenvolver uma nova visão e novos produtos.

Penso que uma prioridade deve ser reavaliar o apoio dado às empresas brasileiras na China. As grandes empresas parecem contar com o apoio do governo quando precisam, enquanto as pequenas e as médias empresas têm que “se virar”. Não é esta estratégia governamental que se vê com as empresas canadenses, francesas ou australianas.

Fluxos de Informação A terceira dimensão da globalização que vou examinar é a dos crescentes fluxos de informação entre os dois países: televisão, cinema, artigos na imprensa, aviação, turismo, migrações, produtos e serviços ‘típicos’, intercâmbios de vários tipos que acabam aproximando os cidadãos de diferentes países. A questão chave é: como compreender e ser compreendido pelos chineses? Outra questão é: como transformar os fluxos de informação que acontecem em um mundo saturado de sinais em comunicação?

Vou selecionar apenas três dos elementos que considero importantes:

1. Os intercâmbios científicos.
 2. A produção de novas subjetividades entre os jovens.
 3. A aprendizagem da língua e a tradução.
1. Desde a década de 1980, cientistas brasileiros e chineses cooperam na área espacial para produzir o satélite sino-brasileiro de recursos da Terra. Este projeto era, quando elaborado, o maior projeto de cooperação científica entre países em desenvolvimento. Ao lermos o Plano de Ação Conjunta (2010) encontramos uma seção sobre a área de ciência e tecnologia (pp. 21-22) e outra sobre educação (pp. 24-25). Aprendemos que a COPPE da UFRJ está envolvida em pesquisas sobre bio-energia e bio-combustíveis, e que existe outro projeto da COPPE sobre mudanças climáticas e novas fontes de energia. A Embrapa tem um acordo com a *Academia Chinesa de Ciências Agrárias*.

O que se vê é que não existem projetos nas ciências sociais. Isto, apesar das evidências históricas do grande interesse chinês no Brasil, e que resultou em várias missões de estudos sobre o desenvolvimento brasileiro e o desenvolvimento do Estado e das políticas públicas no Brasil. A impressão que tenho, confirmada por entrevistados, é

que as elites intelectuais e setores do governo chinês sabem muito mais sobre o Brasil e estudaram muito mais nosso país, do que estudamos a China.

Vários brasileiros que entrevistei acham que o Brasil e os brasileiros, no geral, têm uma empáfia em relação à China e que nossa classe política e de administradores públicos não dá valor às experiências chinesas que, em várias áreas, teriam muito a nos ensinar. Eles citavam os portos, os aeroportos, os transportes em geral e o conhecimento de sistemas produtivos chineses. Alguns contemplavam que o Estado brasileiro e os empresários brasileiros têm uma visão limitada do mundo, que não conhecem o mundo e que não são preparados para a globalização (o Itamaraty é excluído desta crítica). É neste contexto que as escolas e universidades têm a responsabilidade de formar pessoas capazes de conhecer aquela grande civilização e de abrir os olhos das nossas elites.

A cooperação científica bi-lateral é um campo rico para pesquisar. Seria possível, por um lado, construir compreensões empregando os métodos da etnografia histórica, tratando as tensões e as alegrias vividas na construção dos satélites e também em outros acordos de cooperação. Por outro lado, penso que devemos buscar fortalecer as atuais, e desenvolver novas prioridades para pesquisa e inovação para que, no futuro, os ‘Plano(s) de Ação Conjunto’ incluam análises oriundas das ciências sociais, assim como espaços para novas interlocuções. Até agora, a contribuição das ciências sociais tem sido muito pequena. A tese de Daniel Vêras (2008) sobre imigração chinesa no Brasil e a tese, premiada da ANPOCS e da CAPES, de Rosana Pinheiro Machado (2011) sobre cadeias de venda de produtos falsificados no circuito China-Paraguai-Brasil, são as duas únicas contribuições de maior fôlego.

2. As evidências da penetração e da releitura da cultura chinesa no Brasil são muitas.

Observo, de um lado, um número crescente de corpos de jovens brasileiros inscritos com tatuagens de caracteres chineses, academias de *Kung Fu*, a oferta de cursos da língua, o uso de roupas femininas nas ruas e de móveis chineses nos lares.

De outro lado, temos que nos perguntar o que está acontecendo na China com o gosto brasileiro? Vejo jovens chineses que usam camisetas da seleção e que comem em churrascarias ‘estilo brasileiro’, ou seja, em “rodízios”, ouço a música brasileira que toca em emissoras de rádio e também nos Shoppings e vejo telenovelas brasileiras que passam na televisão. Parece-me que estas influências brasileiras tem um maior impacto

entre os jovens. É preciso descrever e construir compreensões de como os diversos elementos da cultura brasileira são recebidos pela sociedade chinesa e de como contribuem para a produção de novas subjetividades e para processos de subjetivação e de mudança cultural. Infelizmente, nossos colegas chineses da área dos estudos da comunicação não analisaram o enorme sucesso da telenovela *Escrava Isaura em 1985*.

Não devemos descartar a hipótese de que muitos dos símbolos que parecem ter sido incorporados nas vidas de sujeitos acabam sendo “largados” depois, caindo na fossa da amnésia coletiva de um regime de hiper-consumo. Se for assim, seu aproveitamento teria produzido pouca comunicação, poucas compreensões novas e teria feito pouco para produzir uma geração de sujeitos mais cosmopolitas.

3. A oferta de cursos da língua chinesa está crescendo rapidamente no Brasil. A Universidade Estadual Paulista (UNESP) trouxe o primeiro Instituto Confúcio ao país e, com isso, iniciou cursos de línguas em 2010. A oferta de vagas em cursos particulares de mandarim em São Paulo tem dobrado a cada ano. Em Pequim, em 2007, havia quatro universidades oferecendo cursos de língua portuguesa; hoje, meus entrevistados enumeraram sete! Em Macau, onde os diplomatas e tradutores chineses e de outros países vão para aprofundar a prática de nossa língua, a demanda por cursos de língua portuguesa aumentou depois da devolução do território à China!

No futuro, haverá crescentes intercâmbios de alunos entre os dois países. Intercâmbios que, parece, já estão acontecendo. Podemos citar, por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Fundação Armando Alvares Penteado em São Paulo. Estes esforços, ao que tudo indica, independem do auxílio direto dos governos centrais dos dois países. Hoje, existe, para brasileiros, uma oferta de 22 bolsas de estudos do governo chinês e, até recentemente, não havia um número suficiente de candidatos! O governo brasileiro oferece o mesmo número de bolsas para chineses que querem estudar no Brasil. Entrevistados comentaram que a Alemanha envia em torno de 20 mil alunos por ano para estudar na China. Em torno de 30 mil chineses estudam na Alemanha, dos quais 500-600 com bolsas do governo daquele país. (CEN, 2008)

Embora seja razoável imaginar que uma grande parte da demanda de estudos da língua seja motivada por perspectivas de carreira associadas à área comercial, vai ser necessário formar também cientistas sociais que dominam a língua chinesa. Isto porque a língua fica no coração das sociedades, de seus conceitos, e da orientação de possibilidades e de práticas. Por exemplo, muitos no Brasil que não conhecem os EUA traduzem o termo *liberal* de maneira literal, o que é um contra-senso, porque *liberal* nos EUA quer dizer progressista – a direita de lá usa o termo como insulto! Na China, o caractere que se traduz como “liberdade” para o português significa “o direito de se fazer quase tudo (fora o que for proibido)”. O termo, que acaba tendo uma conotação negativa na China, tem, ao contrário, um significado muito positivo em português.

Se continuarmos a pensar que estamos nos comunicando de maneira profunda, quando, na verdade, sofremos para trocar informações com o outro em uma língua que não dominamos – ambos – pagaremos um pesado preço - a distorção da parte do emissor, e a falsa compreensão da parte do receptor. Para nos comunicarmos com os chineses de maneira adequada, vai ser necessário formar pessoas capazes de servir como tradutores e intérpretes especializados em Ciências Sociais, já que estes são os profissionais capazes de servir de intermediários entre as duas culturas.

O outro lado desta equação é que o Brasil tem diversos grupos de intermediários culturais na China: diplomatas, jornalistas, homens de negócios. Com raríssimas exceções, eles não falam, nem conseguem ler em mandarim. Porém, vemos os músicos brasileiros que tocam para audiências chinesas e que são obrigados a se comunicar com o público: alguns cantam música brasileira em mandarim, e até ganham prêmios chineses! Entrevistei advogados e funcionários brasileiros de empresas chinesas, ou de multinacionais, que também falavam mandarim (sem mencionar as tradutoras nascidas no Brasil). Uma questão é: porque a grande maioria dos diplomatas e jornalistas não aprendem a língua, enquanto seus pares chineses no Brasil aprenderam o português? A resposta não pode ser que a língua é difícil porque jornalistas e diplomatas de outros países, desenvolvidos ou não, aprendem.

O que precisa ficar claro é que a capacidade de produzir uma visão adequada às necessidades do Brasil, tanto no Itamaraty, quanto na imprensa, é reduzida por causa desta falta de qualificação. Quase todos meus interlocutores na China fizeram esta

observação. No campo diplomático, a situação é grave porque quem traduz são “funcionários governamentais chineses de lealdade incerta” (Biato, 2010, 219). Ou seja, dentro de nossas representações na China, temos espões chineses! Certamente, este é um grande erro em um mundo globalizado no qual a informação é poder.

Conclusão

Devida à globalização e à transformação do papel do Brasil no mundo, novos fatores externos já estão transformando a Sociologia brasileira. Novos interlocutores estão chegando, novos problemas, e novos temas de ensino e de pesquisa se apresentam. Um país que parecia estar totalmente irrelevante para nosso desenvolvimento, agora passou a ser percebido por muitos como altamente relevante. Com isto, se levanta o desafio de desenvolver uma compreensão a respeito de nossas possíveis relações com nosso mais novo e maior parceiro comercial, e também de ver o que podemos apreender com ele.

Aqueles no Brasil que entenderam que a ascensão da China teria profundas repercussões sobre o país eram poucos. No começo, diplomatas e homens de negócios. Estes atores não tiveram nem a força, nem a capacidade de aumentar o grau de consciência sobre este fato.

O sistema universitário público demorou muito para acordar, e devido à sua excessiva burocratização, o sistema valoriza a permanência e a reprodução e tem sérias dificuldades em responder a novos desafios. Só é preciso observar os progressos ínfimos feitos no ensino da língua e da civilização. Porém, é preciso mudar rapidamente: 1) formar professores, tradutores e intérpretes, 2) identificar vantagens comparativas para o Brasil, 3) desenvolver grupos de especialistas na China em diversos centros universitários, talvez aprendendo com as estratégias de Fei Xiatong, e certamente cooperar com centros em outros países da América Latina para produzir uma massa crítica de pesquisadores e professores.

Para a Sociologia, a China, a Rússia, Índia e África do Sul teriam que entrar na agenda (sem esquecer o que fazemos agora). Teremos mudanças à vista, precisamos conhecer as sociologias destes países, precisamos entender como elas podem contribuir para o desenvolvimento de nossa disciplina. Precisamos desenvolver agendas de pesquisa capazes de responder às questões levantadas pelos mais variados atores e, sobretudo, aqueles que estão perplexos com nossa nova situação no mundo.

Alguns colegas economistas calculam que temos uma janela de quinze anos nos quais a construção da China vai garantir uma demanda para nossos recursos minerais.

No final deste período, a China voltará à situação que ocupava até 1800, ou seja, a de ser a fábrica do mundo. O que nos impõe um debate sobre o que o Brasil quer ser, e o que temos condições de ser.

Paul Kennedy (1988, 540) conclui seu livro “Ascensão e Queda das Grandes Potências” parafraseando Bismarck, ao fazer referência a “todas essas potências estão viajando “no rio do Tempo” que não podem “criar nem dirigir” mas no qual podem “manobrar com maior ou menor habilidade e experiência”. Como sairão da viagem depende, em grande parte, da sabedoria dos governos....” Foi neste contexto que Fernando Henrique Cardoso escreveu “a nova fase de globalização coloca desafios e abre opções, que podem ser enfrentados, desde que os estadistas e os *policy-makers* avaliem corretamente a situação do mundo e tenham uma visão realista sobre as possibilidades do país. Ao decidir é preciso ter em mente os interesses nacionais, evitando que o nacionalismo de fins se confunda com os meios, pois este último pode eventualmente ser incompatível com o funcionamento da economia nacional integrada ao Mercado global. Quando isso ocorre, se desaproveitam oportunidades de crescimento econômico no mesmo momento em que nossos concorrentes mais diretos, os *monster countries*, fazem-no com uma velocidade de decisão e implementação nunca vista. Não há tempo a perder, mas há tempo. Se agirmos com competência, uma nova e boa surpresa pode ocorrer: a de deixarmos para trás as tormentas do subdesenvolvimento no decorrer das duas próximas décadas.” (Cardoso, 2008, 60-1)

Bibliografia

BIATO Junior, Oswaldo. 2010. A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens e perspectivas (1993-2006). Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

Cardoso, F. H. 2008. Um mundo surpreendente. In Barros, O de e Giambiagi, F. pp. 3-62.

Castro, Antônio Barros de. 2008. From semi-stagnation to growth in a sino-centric market. Revista de Economia Política, vol.28 no.1.

CEN. 2010. Chinese student community in Germany becomes larger, more confident in past 30 years.

http://en.ce.cn/National/Education/200810/29/t20081029_17224706.shtml

Dwyer, Tom. 2011. A China e os Desafios das Ciências Sociais Brasileiras no Cenário do Mundo em Processo de Globalização. In Ribeiro, G. L. et ali. (orgs) As Ciências Sociais no Mundo Contemporâneo: Revisões e prospecções Brasília, Letras Livres e Editora da UnB. pp. 211-224.

FEI, Xiaotong. 1992. From the Soil: The foundations of Chinese Society. Berkeley and Los Angeles, University of Califórnia Press.

Glenny, Misha. 2009. McMafia : A journey through the global criminal underworld. New York, Vintage Books.

Harvey, David. 1993. Condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola.

Hauter, F. 2008. Planète chinoise. Paris, Carnets Nord.

Kennedy, P. 1988. The Rise and Fall of the Great Powers. London, Unwin Hyman.

LI, Peilin (et ali. orgs) 2011. Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective. Livro inédito em inglês. (original: Jin Zhuan Guo Jia She Hui Fen Ceng: Bian Qian Yu Bi Jiao), Chinese Academy of Social Sciences, Beijing.

LI, Peilin e LI, Wei. 2011. O status econômico e as atitudes sociais dos trabalhadores migrantes na China. In Dwyer, Tom et ali. (orgs) *Consensos e Controvérsias*. Sociedade Brasileira de Sociologia e Tomo Editorial, Porto Alegre. pp. 31-49. 2011.

Machado, Rosana Pinheiro. 2011. Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Editora Hucitec, São Paulo.

Merle, Aurore. De la reconstruction de la discipline à l'interrogation sur la transition: La

Sociologie chinoise à l'épreuve du temps. Cahiers internationaux de Sociologie, Janvier-Juin, 31-52, 2007.

Plano de Ação Conjunta. 2010. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014" disponível no link (consultado no dia 12.02.11): www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da

Rouleau-Berger, Laurence et ali (orgs) La nouvelle sociologie chinoise. Paris, CNRS Éditions. 2008.

Schmidt, Volker. H. 2011. Modernização global e mudança de pesos: como a ascensão do 'restante' muda o mundo. In Dwyer, Tom et ali. (orgs) Consensos e Controvérsias. Sociedade Brasileira de Sociologia e Tomo Editorial, Porto Alegre. pp. 15-31.

Schutz, Alfred. 1979. Fenomenologia e Relações Sociais. Rio de Janeiro, Zahar.

SUN, Liping. 2007. La transition sociale: un nouvel enjeu pour la sociologie de développement. Cahiers internationaux de Sociologie, Janvier-Juin, pp. 31-52.

SUN, Liping. 2008a. Societal Transition: New issues in the field of the sociology of development. Modern China, vol. 34, no. 1, 88-113.

SUN, Liping. 2008b. Sociologie de la transition et nouvelles perspectives théoriques. in Rouleau-Berger et ali. pp. 93-118.

Véras, Daniel Bicudo. 2008. As diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo. Tese de doutorado em Sociologia, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.

Wieviorka, Michel. 2008a Conclusion, in ROULLEAU-BERGER, 2008. Pp. 487-495.

Wieviorka, Michel 2008b. Neuf leçons de sociologie. Paris: Robert Laffont.

ZHANG Lun 2003. La Vie intellectuelle en Chine depuis la mort de Mǎo. Paris, Fayard.

ZHENG, Lu-Nian e Haber, Daniel. 2010. Chine-Occident : Le grand malentendu du XXIe siècle. Paris, L'Harmattan.